



JONAS LOPES DE CARVALHO JUNIOR

Presidente do Tribunal
de Contas do Estado
do Rio de Janeiro

Em seu quinto ano, a Revista **Síntese** marca o início de um processo de transição nas publicações técnicas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Não por acaso, este momento coincide com a transição na Presidência do Tribunal, para a qual tive a honra de ser eleito em dezembro de 2010 e tomar posse no mês subsequente.

Na área editorial, uma de nossas propostas para o biênio 2011-2012 é reestruturar a **Síntese**, tornando-a um veículo exclusivamente dedicado à divulgação de estudos e teses acadêmicas sobre Administração Pública no nosso país. Conseqüentemente, cada vez mais receptiva à colaboração de servidores de órgãos e entidades públicos – federais, estaduais e municipais –, profissionais e estudiosos do assunto que queiram contribuir com sua

expertise para o enriquecimento do conteúdo da revista.

Desenvolvido em parceria com técnicos e professores da Escola de Contas e Gestão, responsáveis pela seleção dos artigos e temas a serem publicados, o atual planejamento editorial da **Síntese** não inclui mais votos para processos analisados por este Tribunal, que agora são publicados na Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Outra particularidade desta edição é a periodicidade anual, em consequência de um vácuo provocado pela falta de publicação da revista durante o ano de 2010 – periodicidade que ainda será adotada na próxima edição, por questões temporais, gráficas e de editoração. Em 2012, nosso objetivo é que a **Síntese** consolide o reconhecimento que conquistou no meio acadêmico nos últimos cinco anos. Para tanto, estamos estudando e discutindo novas ideias para o aperfeiçoamento de seu conteúdo, consagrando-a, ainda mais, como uma referência para gestores públicos, pesquisadores, estudantes e cidadãos em geral, direta ou indiretamente interessados nos mais diversos temas da Administração Pública.

De início, esta edição tem o privilégio de trazer artigos assinados pelo ex-controlador-geral do Município do Rio de Janeiro Lino Martins da Silva; pelo secretário de Fiscalização e Desestatização do Tribunal de Contas da União, Adalberto Santos de Vasconcelos; pelo auditor-substi-

tuto de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, Alípio Reis Firmo Filho; pelas vencedoras do Prêmio Ministro Gama Filho 2010, a servidora do TCE-RJ Luiza Maia e a assistente na Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro Ana Cecília de Souza, além de dois outros técnicos deste Tribunal, Lucianny Maria Carvalho e Sérgio Paulo Vieira Villaça.

No entanto, nossa reformulação editorial não se limita às alterações na **Síntese** e à retomada da Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. A revista **TCE Notícia** também vive um momento de aprimoramento, no qual visamos a ampliar seu papel como veículo capaz de promover maior aproximação não só entre o Tribunal e os órgãos e entidades jurisdicionados, mas também com a sociedade civil como um todo.

Nosso compromisso é manter-nos cada vez mais presentes no dia a dia da população fluminense, oferecendo-lhe respostas imediatas às questões concernentes à Administração Pública – e atuando de forma proativa, sempre que possível.

De forma sintética e objetiva, comprometemo-nos a produzir trabalhos que possam contribuir, sobremaneira, para a fiscalização e o controle social permanentes da aplicabilidade dos recursos públicos pelos gestores fluminenses. E, assim, também na área editorial, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro cumpre sua missão institucional.

Paula
Alexandra
Nazareth

Diretora-Geral da
Escola de Contas e
Gestão – ECG/TCE-RJ

Desde a sua primeira publicação, em 2006, a **Síntese** vem contribuindo para o aprimoramento da formação dos servidores públicos ao disseminar novos conhecimentos e práticas, que têm como objetivo maior o desenvolvimento institucional.

A partir deste número, em sintonia com o compromisso da Escola de Contas e Gestão com a inovação, a Revista passará a publicar exclusivamente artigos e textos científicos, de técnicos do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e de autores convidados.

Inaugurando o novo formato, a **Síntese** traz uma importante contribuição do professor Lino Martins da Silva, renomado mestre da contabilidade, parceiro e incentivador da ECG, que nos brinda com uma proposta inovadora para a gestão pública. Em “Desafios para a implantação do Sistema de Custos na Administração Pública: desprezíveis considerações sobre o método ABC”, o professor reflete sobre as transformações que exigem rápidas mudanças na forma de gerenciamento de recursos públicos escassos e, destacando as dificuldades para a implementação de métodos de custeamento, apresenta suas considerações sobre o método ABC.

Outros autores convidados nos levam a refletir sobre temas de grande relevância para a Administração Pública, sob a ótica do controle externo.

“O Tribunal de Contas da União e o processo de desestatização e regulação no Brasil”, de autoria do secretário de Fiscalização e Desestatização do Tribunal de Contas da União, Adalberto Santos de Vasconcelos, contextualiza a atuação do TCU no controle externo das agências reguladoras. Em seu artigo, o autor destaca as normas editadas, a estrutura funcional e os procedimentos adotados internamente por aquele Tribunal, concluindo que, diante dos riscos inerentes ao processo regulatório, é essencial a exigência de maior accountability por parte das agências reguladoras e a atuação das instituições de controle.

Alípio Reis Firmo Filho, auditor-substituto de conselheiro do TCE-AM, em artigo intitulado “Dosimetria Penal no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas”, apresenta alguns pontos convergentes de procedimentos adotados pelos Tribunais de Contas com relação à aplicação de sanções aos jurisdicionados ressaltando que a diversidade de formas de agir decorre, muitas vezes, de diferenças existentes entre as leis orgânicas e as normas regimentais. Sob essa perspectiva, o autor analisa o Regimento Interno do TCE-AM, em busca de exemplos de aspectos controvertidos sobre a dosagem das penas aplicadas e os critérios utilizados, análise que certamente será de grande utilidade para outras Cortes de Contas do país.

Neste número, a **Síntese** traz também artigos oriundos dos trabalhos vencedores do Prêmio Ministro Gama Filho, edição 2010, cujo tema foi “Dez anos da Lei de Responsabilidade Fiscal: a contribui-

ção da transparência da gestão fiscal para a boa governança”.

No artigo “Transparência e Controle Social, alicerces da boa governança”, a autora Luiza Maia, assistente da Coordenadoria de Exames de Editais do TCE-RJ, 1º lugar do referido Prêmio, discute o papel crucial do acesso à informação e da transparência nas ações governamentais para o desenvolvimento da cidadania participativa e o fortalecimento do controle social. A autora analisa mecanismos de participação popular que considera mais efetivos para o exercício do controle pela sociedade e, em pesquisa empreendida em sites oficiais de prefeituras fluminenses, avalia o estado da arte da disponibilização das informações pelas administrações municipais, concluindo que, em nosso estado, ainda há um longo caminho a trilhar.

Em “Restos a pagar: a última fronteira da transparência”, Ana Cecília de Souza, assistente da Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro (SEFAZ), ganhadora do 2º lugar do Prêmio, nos apresenta o exemplo do tratamento dado a essa questão no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, com a implementação do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar, instituído pelo Decreto nº 40.874/2007. Após resumir os aspectos conceituais e legais, com destaque para os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os procedimentos relacionados ao tratamento contábil dos restos a pagar, a autora agrega informações e dados que demonstram os bons resultados alcançados na redução do passivo com a adoção do Programa.

Fechamos esta edição com duas relevantes contribuições de servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. O assessor da Diretoria-Geral de Informática, Sérgio Vieira Villaça, discorre, em artigo intitulado “Terceirização na Administração Pública – algumas notas sobre como torná-la lícita, oportuna e bem-sucedida”, sobre esse controvertido tema, enfatizando os cuidados necessários para garantir a realização de procedimentos que sejam bem-sucedidos e eficazes. Para tanto, destaca a importância da identificação, entre as atividades em que cabe a terceirização, de quais são oportunas, considerando aspectos como a importância e singularidade, disponibilidade de recursos e economicidade, ou seja, a aplicação racional dos recursos, de forma que os resultados alcançados sejam coincidentes com o interesse público.

Finalmente, no artigo “Judicialização e acesso a medicamentos”, Lucianny Maria Carvalho, inspetora-geral da 1ª Inspeção-Geral de Controle Estadual da Subsecretaria de Controle Estadual, traça um breve histórico da legislação que regula esse direito no Brasil e chama a atenção para o fenômeno da judicialização e seus efeitos, com destaque para a crescente complexidade da avaliação, pelos órgãos de controle, das ações relacionadas à gestão da assistência farmacêutica. Trazendo a vocês essas reflexões, a Escola de Contas e Gestão mais uma vez espera, por meio do compartilhamento de ideias, contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a permanente qualificação dos servidores.